

# A quem interessa o aborto?

Escrito por Hermes Rodrigues Nery

**Os organismos que estão trabalhando internacionalmente pela aprovação do aborto, todos dispendo de muito dinheiro, são as fundações, (planejando e financiando as ações) e as organizações não governamentais (executando-as).**

O aborto como solução para a gravidez indesejada não representa nenhum benefício para a mulher, pelo contrário, os especialistas honestos sabem que o aborto acarreta sérias conseqüências negativas (físicas e psicológicas), como, por exemplo, a síndrome pós-aborto, gerando mulheres deprimidas, inclusive com tendências ao suicídio. Sendo assim, o aborto em vez de resolver um problema, cria outros mais graves. Por isso, a solução adequada passa pela educação, pela conscientização e acima de tudo, pelo respeito integral à vida humana.

O fato é que se legalizarem o aborto as mulheres pobres continuarão sem acesso aos atendimentos básicos da rede pública e vítimas da precariedade do sistema de saúde, que não dá conta das demandas existentes. Na realidade, os que querem a despenalização do aborto têm outros interesses, nada humanitários. O discurso sentimentalista é demagógico e perverso, porque oculta outras intenções.

Estão em jogo na questão do aborto interesses especialmente por razões econômicas, políticas e demográficas. A pressão para a legalização do aborto faz parte dessa estratégia de longo prazo e existe por causa de ações com origem fora do Brasil. A legalização do aborto cria um ambiente onde é possível desenvolver a pesquisa com clonagem reprodutiva que produzirá resultados espetaculares na reengenharia da sociedade humana, mas que hoje são imprevisíveis e estão sendo financiados sem expectativa imediata de lucro, mas aparentemente quase como algo que seria um meta-poder. Esta relação do aborto com a clonagem somente existe, e de modo bem evidente, na mente dos grandes condutores das fundações internacionais, como constatamos, por exemplo, o envolvimento da Fundação Rockefeller com a Biologia Molecular. De modo imediato, a legalização do aborto é desejada por ser o meio mais rápido e eficiente de controle populacional.

O ex-diretor do programa de controle populacional da USAID, nos anos 70, Reimert Ravenholt, dizia que com o orçamento disponibilizado pelo Congresso Americano à USAID (um montante que representou à época o segundo maior programa de ajuda externa já promovido pelos Estados Unidos em toda a sua história, menor apenas do que o Plano Marshall, que reergueu economicamente a Europa depois da Segunda Guerra Mundial) era possível reduzir de modo significativo o crescimento populacional de qualquer país em desenvolvimento, em um período de cinco anos, utilizando métodos convencionais como a esterilização e em apenas dois anos se pudesse ser utilizado o aborto.

Ao fim dos anos 70, quando os dirigentes deste plano perceberam que sua apresentação como um plano norte-americano de controle populacional começava a ser questionado pelos países em desenvolvimento, o magnata do petróleo John Rockefeller III, juntamente com uma cientista social que então trabalhava na Fundação Ford, resolveu introduzir o conceito de emancipação da mulher e dos direitos sexuais e reprodutivos, para que se pudesse impor a mesma coisa sem que se despertassem as mesmas reações. Com isso, organizações como a Fundação Ford e as Organizações Rockefeller passaram a financiar ativamente as redes de ONGs feministas, o movimento homossexual, a educação sexual liberal, a dissidência dentro da Igreja

Católica, através de organizações como as “Católicas pelo Direito de Decidir” e outras similares, e também a introdução destes novos conceitos dentro da Organização das Nações Unidas para pressionar as nações em desenvolvimento e, especialmente, as da América Latina para legalizarem o aborto.

Os organismos que estão trabalhando internacionalmente pela aprovação do aborto, todos dispendo de muito dinheiro, são as fundações, (planejando e financiando as ações) e as organizações não governamentais (executando-as). Dentre elas estão as fundações Ford, Rockefeller, MacArthur, a Buffet (entre outras), e a International Planned Parenthood Federation (IPPF, que tem filiais em quase 150 países), a Rede Feminista de Direitos Sexuais e Reprodutivos, as Católicas pelo Direito de Decidir (que não são católicas, mas usam o nome para confundir principalmente os católicos), a Sociedade de Bem-Estar Familiar no Brasil (Benfam) e a International Pregnancy Advisory Services (IPAS), entre outras ONGs.

As fundações usam as ONGs para seus fins utilitaristas, da forma mais pragmática. O argumento, portanto, dos direitos reprodutivos não passa de retórica, que seduz os desinformados (entre eles, os políticos), em prejuízo de muitos, especialmente as mulheres pobres, que são as maiores vítimas dessa lógica inumana.

*Hermes Rodrigues Nery é coordenador da Comissão Diocesana em Defesa da Vida e do Movimento Legislação e Vida, da Diocese de Taubaté. Especialista em Bioética é pós-graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: hrneryprovida@gmail.com*

Fonte: <http://www.midiaseम्मascara.org>



[www.mariamaedaigreja.net](http://www.mariamaedaigreja.net)